Enap Escola Nacional de Administração Pública

Ética e Serviço Público

Módulo 1 Conceitos Básicos

Conteúdo para impressão

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidente
Paulo Sergio de Carvalho

Diretor de Desenvolvimento Gerencial
Paulo Marques

Coordenadora-Geral de Educação a Distância
Natália Teles da Mota

Conteudístas
Cícero Romão (2005) e Agnaldo Cuoco Portugal (2009).

Diagramação realizada no âmbito do acordo de Cooperação Técnica FUB/CDT/Laboratório Latitude e Enap.

© Enap, 2014

Enap - Escola Nacional de Administração Pública
Diretoria de Comunicação e Pesquisa
SAIS – Área 2-A – 70610-900 — Brasília, DF
Telefone: (61) 2020 3096 – Fax: (61) 2020 3178

SUMÁRIO

Apresentação do Curso **5**

Objetivo do Curso **5**

Objetivos do Módulo **6**

1.1. Por que estamos discutindo ética? **6**

1.2. Diferentes sentidos de "Ética" **7**

1.2.1 Primeiro sentido: Conjunto de normas e valores de uma tradição social 7

1.2.2 Segundo sentido: A ética como área de estudo 8

1.2.2.1 O relativismo ético – Um pouco de história *8*
1.2.2.2 Aristóteles e a ética como própria da natureza *9*
1.2.2.3 Kant e o bem como decorrente da intenção que move a conduta *10*
1.2.2.4 Stuart Mill e o bem como decorrente das consequencias da ação *11*

1.2.2 Terceiro sentido de ética: Contuta racionalmente justificável 12

1.3. Ética e justificação racional **13**

1.4. O que as pessoas, de fato, fazem e o que elas deveriam fazer **14**

1.5. Ética, política e direito **16**

1.6. Educação ética **17**

Referência bibliográfica **17**

Apresentação do Curso

O curso Ética e Serviço Público foi desenvolvido como parte do Projeto EuroBrasil 2000 e destina-se a homogeneizar os conhecimentos dos participantes sobre os fundamentos da Ética e sobre os desafios do serviço público. O pressuposto dessa iniciativa é que a excelência do exercício profissional é garantida não apenas pela competência técnica, mas também pelo estímulo ao discernimento moral.

O desenvolvimento de uma consciência ética é elemento fundamental para comprometer os agentes públicos com o respeito à cidadania, ao estado de direito e à consolidação da democracia.

A partir de 2012, a ENAP passou a contemplar os temas de gênero e raça em alguns cursos, por meio da metodologia de Estudo de Caso. Conta com o apoio das Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM) e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), bem como do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no âmbito do Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, implementado no Brasil pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O curso exige empenho do participante, tendo em vista a obrigatoriedade de realização de atividades avaliativas nos prazos estipulados. Recomenda-se dedicação mínima diária de 1 hora e 40 minutos para sua realização.

Objetivo do Curso

Ao final do curso, espera-se que você seja capaz de:

- Reconhecer as implicações éticas em sua prática profissional assegurando procedimentos e decisões coerentes com os valores e princípios que regem o exercício da função pública;
- Identificar os principais avanços e desafios do serviço público brasileiro, particularmente na dimensão dos valores e condutas individuais do servidor, para a consolidação da cidadania e do Estado democrático.

Enap

Módulo 1 Conceitos Básicos

Objetivos do Módulo

Ao final desse módulo, você deverá ser capaz de:

- Contextualizar perspectivas teórico-filosóficas sobre Ética.
- Identificar os conceitos atribuídos à Ética, segundo perspectivas teórico-filosóficas.
- Relacionar e distinguir ética, política e direito.
- Explicar a importância da educação ética para o servidor público.

Neste módulo você terá contato com conceitos básicos de ética e com o significado da "dimensão moral ou ética" da existência. Os assuntos abordados aqui são:

- Por que estamos discutindo ética?.
- Diferentes sentidos de "ética".
- Ética e justificação racional.
- O que as pessoas, de fato, fazem e o que elas deveriam fazer.
- Ética, política, direito.
- Educação ética.

1.1. Por que estamos discutindo ética?

Do Moralismo à Ética

Durante as décadas de 1960 e 1970, o discurso político que enfatizava a moral e os bons costumes vinha associado a idéias conservadoras. Defendê-los era defender valores sedimentados na sociedade, tidos como essenciais à manutenção da ordem estabelecida.

Por outro lado, os que abraçavam idéias progressistas ou de mudança social tendiam a entender essa ênfase como um moralismo antiquado, sem muito propósito e, especialmente, como uma forma de controle ideológico da contestação.

Essa polarização deixava pouco espaço para se pensar a ética como uma importante dimensão da existência humana.

Vivemos hoje um contexto bem diferente. De certa forma, as instituições que eram criticadas por seu conservadorismo e pela defesa de um moralismo rígido foram capazes de absorver parte das práticas e dos significados da crítica social daquele período, ainda que um tanto esvaziados de seu conteúdo.

Pode-se dizer que as sociedades contemporâneas, independente das inclinações políticoideológicas de seus cidadãos, têm demonstrado uma inédita abertura para refletir seriamente sobre os pressupostos éticos da ação humana, problematizando, dessa maneira, seus costumes, regras formais e práticas informais.

Embora certas práticas sociais inovadoras tenham ganhado terreno, e a própria idéia de "contestação" tenha conquistado ampla aceitação social, isso não representou um estado de amoralidade ou descrédito do discurso ético. Assiste-se hoje a uma forte preocupação com a dimensão ética da vida social em todos os campos, especialmente na interação entre economia e política, e no exercício das funções públicas.

Por sua vez, observa-se uma sensibilidade cada vez maior na sociedade brasileira em relação aos padrões éticos de conduta dos servidores públicos. A imprensa e a opinião pública têm constantemente apontado escândalos na administração do Estado e exigido que seus representantes eleitos ou que os servidores de carreira se conduzam segundo normas e valores que de fato façam justiça ao conceito de um serviço público.

Essa abertura acaba repercutindo nas instituições públicas, tanto nas de representação quanto nas de administração. Como resultado, vemos os representantes eleitos e os profissionais da administração pública preocupados em atender as demandas de ordem ética da sociedade.

É muito adequado, portanto, a quem pretende aprimorar sua atuação profissional nos diversos setores do serviço público, identificar e compreender o que significa ética e a relação desta com a atividade do Estado.

Assim, no curso que estamos iniciando, você vai conhecer, no Módulo 3, códigos de conduta ética e normas específicas de orientação das ações do servidor público. O Módulo 2 tratará da fundamentação desses códigos na idéia de Estado democrático e de direito, voltado para o interesse público e não apenas de grupos particulares. Para melhor compreensão desses tópicos, o Módulo 1 apresentará os conceitos básicos de ética e um esboço de suas relações com a política e o direito.

É para esse estudo que convidamos você agora...

1.2. Diferentes sentidos de "Ética"

Para auxiliar nessa reflexão, que pode ter tantos efeitos na atividade profissional do servidor público, é importante esclarecermos os sentidos do termo "ética".

1.2.1 Primeiro sentido: Conjunto de normas e valores de uma tradição social

Às vezes, a história de uma palavra, sua etimologia, ajuda a entender seu sentido. "Ética" vem do termo grego ethos, que tem dois significados diferentes, mas que podem ser relacionados.

Um primeiro significado é o de casa ou morada. O segundo é de hábito ou comportamento que resulta da repetição constante.

Enap

O que têm a ver esses dois sentidos etimológicos de ethos? Como isso pode nos ajudar a entender o que é ética?

Pode-se dizer que a casa do ser humano é algo que o separa do mundo natural, é o lugar que o abriga das ameaças e desafios do mundo (chuva, animais ferozes, etc.). Nesse sentido, a ética tem a ver com algo que é próprio de todo ser humano, enquanto um ser que se distingue do restante da natureza.

O outro sentido de ethos complementa aquele na medida em que o hábito ou costume são resultados de uma ação repetitiva, mas que não é meramente instintiva como no caso dos animais não-humanos. Pelo hábito, o ser humano acumula e põe em prática um conhecimento que vem da sua própria experiência e de outros. Assim, casas são feitas pelos seres humanos com base no conhecimento acumulado há muitas gerações, que é fruto da experiência pessoal e coletiva refletidas racionalmente.

Ao mesmo tempo, essa ação é feita para responder a um desafio do mundo (a proteção contra ameaças, por exemplo) ou a um desejo por beleza e conforto. Nessa ação, que responde a um desafio, temos importante elemento do ethos: os valores. Em outras palavras, beleza, segurança e conforto são bens ou finalidades valiosos que orientam a ação de quem constrói uma casa. Assim, o ethos é a morada humana, fruto do hábito que deriva da experiência acumulada pelo indivíduo e a tradição, e que se faz de modo planejado para atingir certos fins ou valores.

O primeiro sentido de ética, portanto, é de conjunto de valores e normas consolidados por uma tradição ou hábito socialmente reforçados, transmitidos e controlados.

Nesse sentido, não existe sociedade humana (uma nação, uma cidade, um grupo específico) que não tenha uma ética, que não tenha um conjunto de normas e valores que pretenda guiar a conduta dos seus membros. Sendo assim, não existe ser humano sem ética.

1.2.2 Segundo sentido: A ética como área de estudo

Considerada como ação conduzida por normas e valores sociais, a ética se mostra algo próprio de todo o ser humano, pois não existe sociedade humana sem uma ética.

Um problema surge, porém, quando se percebe que há diferentes valores e normas derivados de diferentes tradições. Como saber qual o modo certo de agir se há tantas tradições diferentes?

1.2.2.1 O relativismo ético – Um pouco de história

Se diferentes sociedades têm diferentes normas e valores, por que não pensar que não há nenhum valor bom ou norma justa realmente, que tudo é relativo? Por que não pensar que tudo vale?

A essa idéia geralmente se dá o nome de "relativismo ético", que, apesar de parecer muito razoável e verdadeiro, é bastante problemático. Se aceitarmos o relativismo, corremos um grande perigo de perda da força de qualquer norma e valor. Qualquer indivíduo poderá alegar que sua ação é eticamente correta simplesmente porque ele pensa assim e, desse modo, não haveria mais nenhuma norma ou valor que pudesse guiar a conduta das pessoas (como um todo). A morada humana, o ethos, ficaria totalmente confusa ou, pior ainda, acabaria prevalecendo o uso da força física, como no mundo natural.

Em outras palavras, levado às últimas consequências, o relativismo ético representa o fim da própria ética como forma propriamente humana de existir.

A constatação da diversidade de éticas sociais não deixa de ser um problema. Foi como resposta a esse problema que surgiu a Ética como área de estudo da Filosofia na Grécia antiga, com Sócrates e seu discípulo mais famoso, Platão.

Um livro muito interessante e fácil de ler, que mostra bem os primeiros passos da Ética como área de estudos é um diálogo de Platão chamado *Críton* ou O dever.

Nele, temos a seguinte situação: Sócrates está preso, condenado pelas autoridades de Atenas por uma conduta considerada tão séria que sua pena era a morte. Nos últimos momentos em que aguardava a execução da sentença, Sócrates recebe a visita de um amigo influente chamado *Críton*. Este propõe a Sócrates a fuga da prisão e o exílio em outra cidade, de modo que ele pudesse preservar sua vida.

O que se segue é um diálogo entre Sócrates e *Críton* em que se mostra pela primeira vez uma alternativa ao relativismo ético, postulado pela Ética como área de estudo. Uma norma, valor ou conduta devem ser aceitos se forem baseados na razão, tida como uma capacidade presente em todos os seres humanos e, portanto, não sujeita às variações da história, das culturas e sociedades.

Embora a Ética como disciplina tenha, em termos gerais, dado uma resposta satisfatória ao relativismo ético, a tentativa de basear a conduta humana na razão teve de lidar com a complexidade própria de um assunto que envolve noções como "bem", "racionalidade", "responsabilidade", entre outras.

A perigosa tese de que "tudo vale" foi bem respondida, mas implicou um esforço enorme para dar conteúdo a noções como as indicadas acima, o que gerou um grande número de abordagens ao longo da história da Filosofia.

Em pouco tempo, a Ética se tornou uma área de estudo complexa, sendo hoje em dia dividida em dois problemas fundamentais: a ética normativa (que se ocupa em elucidar que ações são corretas e que ações são erradas) e a metaética (que discute o sentido dos termos éticos, se as normas morais são objetivas ou subjetivas, entre outras questões). Em nosso curso, veremos principalmente a parte normativa da ética, embora acabemos tocando em alguns tópicos de metaética também.

Dentre as abordagens de ética normativa, cabe destacar três particularmente influentes e que podem nos ajudar a entender de uma maneira mais rica o conceito de ética.

1.2.2.2 Aristóteles e a ética como própria da natureza

Aristóteles viveu no século IV a. C. na Grécia e foi discípulo de Platão. Sua abordagem parte da idéia de que o ser humano é, por natureza, um animal político, que necessita participar de uma sociedade para se realizar como indivíduo.

No entanto, diferente de outros animais que vivem em sociedade (abelhas, formigas e zebras, por exemplo), o homem tem a possibilidade de agir racionalmente. A ação racional se distingue da guiada por instintos porque é livre. A liberdade humana se deve ao fato de que, por sermos dotados de razão, podemos escolher entre opções de forma consciente.

A melhor opção será aquela que melhor conduzir à realização do bem. Segundo Aristóteles, pode-se entender "bem" de várias maneiras, mas é possível classificá-lo de acordo com sua importância. O bem supremo seria a felicidade, entendida como realização das potencialidades do indivíduo como ser humano.

Enap

Para a felicidade, entendida dessa maneira, vários bens podem ser importantes, tais como o prazer ou alegria, a riqueza material e o reconhecimento ou fama. No entanto, eles são bens secundários, que só fazem sentido em vista de um bem maior. Para Aristóteles, o que realmente realiza o homem e o faz feliz é a posse ativa da sabedoria prática, ou seja, daquela razão que permite agir do modo certo na situação adequada.

Agir do modo certo na situação adequada implica discernimento e lucidez que são os maiores bens que as pessoas deveriam buscar. São propriamente humanos (não como o prazer, que também é usufruído por animais não-humanos), não podem ser tirados de nós, podem ser acumulados de acordo com nossas vontades (diferentemente da riqueza material) e não dependem dos outros para terem valor (ao contrário da fama, que precisa necessariamente dos outros para existir).

A pessoa de discernimento é aquela que mostra na prática uma forma sábia de viver, chamada por Aristóteles o equivalente em português ao que chamamos de "virtuosa". Assim, a pessoa mais feliz, mais realizada, é a pessoa mais virtuosa e não a rica, mais alegre ou famosa.

Embora cada situação exija um discernimento próprio quanto ao modo correto de agir, Aristóteles defendia que, em geral, o modo correto de agir é o que evita extremos ou, como se diz popularmente, "nem tanto ao mar nem tanto a terra". Assim, por exemplo, o virtuoso não é nem o covarde, que tem medo excessivo de se expor, nem o temerário, que se expõe demais, mas o corajoso, que enfrenta o perigo de forma ativa, mas com prudência. A sabedoria prática está em encontrar a justa medida para cada ação, de modo a se poder avaliar que aquela foi eticamente correta.

SAIBA MAIS

O texto principal de Aristóteles sobre ética tem o título de Ética a Nicômaco, nome de seu filho, a quem ele dedicou o livro. O texto está disponível na Biblioteca deste curso.

1.2.2.3 Kant e o bem como decorrente da intenção que move a conduta

Immanuel Kant foi um filósofo de língua alemã que viveu no século XVIII, bem depois de Aristóteles. Sua abordagem em ética possui pontos em comum com a do filósofo grego, mas apresenta algumas diferenças fundamentais.

Para Kant, uma ação só é eticamente correta se for movida exclusivamente por uma boa intenção. O bem mais importante a ser buscado na conduta humana é agir a partir da consciência do que deve ser feito. Em outras palavras, agir bem é agir com base no dever.

Por estranho que possa parecer, para Kant, agir com base no dever é a única maneira de agir livremente. Isso porque o indivíduo só é livre quando não se submete a nenhuma condição externa à sua própria vontade.

A vontade não deve ser confundida com o desejo, que é um impulso natural em nós para a satisfação de necessidades naturais. A vontade é uma capacidade de agir segundo a razão consciente. Assim, agir com base na vontade é agir com base na razão e não se submeter nem mesmo aos apelos do desejo.

Nesse sentido, só uma ação a partir da vontade livre é eticamente correta para Kant. Ser livre é agir conforme o que manda a consciência incondicionalmente, é não permitir que nada além daquilo que sabemos ser correto interfira em nossa conduta.

Assim, quando mentimos sabemos que isso é eticamente errado, mas o fazemos porque somos movidos por algum impulso que se sobrepõe à razão, como o medo ou o desejo de levar alguma vantagem. Nossa ação nesse caso não foi livre, porque não fomos capazes de fazer o que sabíamos ser certo.

A responsabilidade só é possível quando somos capazes de responder plenamente por nossos atos. Responder pelos próprios atos supõe que somos nós mesmos que determinamos, a partir da razão, as normas de nossa ação, ou seja, supõe autonomia.

Por outro lado, responsabilidade supõe também liberdade e capacidade de assumir consequências da conduta assumida.

Para se avaliar se uma ação é moralmente correta, Kant propunha que se avaliasse o quanto ela poderia ser universalizada, ou seja, o agente deve imaginar se sua ação seria boa para todos que a praticassem. A esse critério ele chamou de "imperativo categórico", pois se tratava de um mandamento (imperativo) e que deveria ser obedecido de forma incondicional (de forma categórica e não hipotética, como se dependesse de alguma condição).

Uma das formas do imperativo categórico era assim: "aja de modo tal que a regra específica da sua ação concreta possa ser tomada como lei universal para todos". Desse modo, a mentira não pode ser considerada uma ação eticamente correta porque não pode ser universalizada.

Eu não posso querer que todos mintam, porque o resultado vai ser uma situação insustentável, na qual ninguém mais poderá confiar no que o outro diz, uma situação na qual a comunicação ficará impossível.

Desse modo, para Kant, agir eticamente é agir por dever e seu motivo é a realização do bem geral e não da vantagem de um indivíduo ou de um grupo particular.

SAIBA MAIS

O principal livro de Kant sobre ética é a Fundamentação da Metafísica dos Costumes, que contém três seções de crescente complexidade e rigor na argumentação. Para uma introdução, geralmente é suficiente a leitura das duas primeiras, onde está enunciado o famoso imperativo categórico, mencionado aqui. O livro está disponível na Biblioteca deste curso.

1.2.2.4 Stuart Mill e o bem como decorrente das consequencias da ação

Stuart Mill foi um filósofo inglês do século XIX, que foi considerado o pensador mais importante de uma abordagem em Ética chamada de "utilitarismo". Para o utilitarismo, o bem de uma ação depende não tanto da intenção, mas das consequências que ela tem.

Uma conduta só pode ser avaliada como boa se for útil, no sentido de fazer bem ao maior número possível de pessoas e mal ao menor número possível. Uma ação pode ser muito bem intencionada, mas ela será ruim se acabar sendo prejudicial aos outros, ou seja, como se diz popularmente, "de boas intenções, o inferno está cheio".

O utilitarismo tem a vantagem de tornar bem claro quando uma ação é eticamente boa ao permitir uma avaliação bem objetiva de uma conduta por meio das consequências que ele traz e do número de pessoas que são beneficiadas ou prejudicadas.

Enap

"Beneficiar alguém" para o utilitarismo quer dizer aumentar a quantidade de prazer e diminuir a quantidade de dor que essa pessoa sente. "Prejudicar" é o contrário: diminuir o prazer e aumentar a dor.

Assim, para saber se uma ação é eticamente boa, basta medir o quanto de prazer ela traz para o maior número e o quanto de dor ela implica para a maioria.

Por outro lado, o prazer de que fala o utilitarismo não é a mera fruição de sensações físicas, comuns a animais não-humanos também. Embora seja importante a satisfação das necessidades a elas correspondentes (por isso a fome é eticamente condenável para o utilitarismo), os prazeres mais importantes são os propriamente humanos, como a busca do conhecimento, a ocupação com as grandes questões públicas e a fruição das artes de alto padrão de beleza.

Cada indivíduo deve agir não conforme seu próprio prazer pessoal, mas levando em conta a felicidade (medida em termos de prazer e dor) do maior número. Nenhum indivíduo pode ser feliz se a coletividade da qual ele faz parte é infeliz, ou seja, o bem comum é condição para a plenitude do bem individual.

SAIBA MAIS

Além de Stuart Mill, outro importante autor dessa corrente de Ética normativa foi Jeremy Bentham, que foi padrinho de Mill. O principal livro de Stuart Mill sobre o utilitarismo, que pretendeu aperfeiçoar a proposta de Bentham. Mais informações podem ser encontradas nos seguintes sítios:

http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Stuart_Mill
http://pt.wikipedia.org/wiki/Utilitarismo

1.2.2 Terceiro sentido de ética: Contuta racionalmente justificável

O rápido estudo dessas três abordagens influentes em história da Ética nos permite falar de um terceiro sentido de "ética", empregado quando avaliamos que, mesmo uma ação sendo socialmente estabelecida, ela pode ser eticamente condenável.

Em outras palavras, mesmo que uma conduta seja habitual e frequentemente praticada numa sociedade, ainda assim podemos dizer que ela é antiética.

Furar fila e empregar parentes em funções públicas sem concurso, por exemplo, podem ser condutas muito comuns num grupo social. Nem por isso as consideramos eticamente corretas.

Isso significa que o que é ético no primeiro sentido (conduta baseada em normas e valores socialmente sancionados) pode não ser ético nesse terceiro sentido.

Para esse terceiro sentido, uma ação é considerada eticamente correta se for justificada racionalmente. Isso quer dizer que alegar que "todo mundo faz assim" não significa que esteja correto eticamente.

Dizer que todo mundo fura fila pode até explicar por que eu estou fazendo a mesma coisa, ou seja, porque se trata de um comportamento freqüente e que, de tão comum, eu acabei assimilando instintivamente à minha conduta. No entanto, posso ainda assim considerá-lo sem justificação, ou seja, antiético.

Nesse sentido, a frase "explica, mas não justifica" nos ajuda a elucidar um pouco mais esse terceiro sentido de "ética". Ética aqui tem a ver não com a explicação de como as pessoas de fato agem ou de como as coisas acontecem frequentemente, mas com o modo como as pessoas devem agir, com a justificação racional do que se faz. É por isso que podemos avaliar uma conduta como socialmente difundida ou psicologicamente compreensível e rejeitá-la como inaceitável do ponto de vista ético.

Em outras palavras, podemos compreender o comportamento criminoso, ou seja, podemos entender que há uma explicação sociológica para o crime com base no ambiente de violência no qual viveram alguns criminosos ou numa cultura que banaliza a agressão. No entanto, podemos dizer que, embora isso explique, não torna justificável a ação criminosa.

Podemos, então, entender ética nesse terceiro sentido como a conduta justificada racionalmente.

Embora "ética" e "moral" sejam palavras de raízes históricas diferentes (ética, como vimos, vem do grego ethos e moral vem do latim mores), elas têm etimologicamente um sentido comum, o de hábito ou costume. No entanto, para facilitar nossa comunicação, podemos fazer como alguns filósofos e reservar "moral" para o primeiro sentido de ética visto aqui, ou seja, a conduta baseada em normas e valores estabelecidos e difundidos socialmente, e reservar "ética" para a conduta justificável racionalmente.

O segundo sentido de "ética" (a área de estudo da Filosofia) fica, então, denominado Ética com "e" maiúsculo, tal como se escreve o nome de uma área do conhecimento em português, que podemos chamar também de "filosofia moral".

Assim, quando falarmos de ética na administração pública, neste curso, vamos nos referir ao tipo de conduta racionalmente justificável que se espera de um conjunto de indivíduos. Uma conduta que pode coincidir ou não com a moral de fato vigente entre a maioria das pessoas que pertencem a essa categoria, ou seja, com o modo pelo qual de fato se comportam os servidores públicos.

Vamos a seguir explorar alguns conceitos que podem ser úteis para a avaliação ética da conduta do servidor público.

1.3. Ética e justificação racional

Quando dizemos que ética é a conduta justificada racionalmente, pressupomos certamente o conceito de "racionalidade". É muito comum, quando nos indignamos com alguma ação que consideramos antiética, que chamemos aquele comportamento de "absurdo" ou "sem cabimento".

O conceito de racionalidade é bastante difícil e não cabe nesse curso aprofundá-lo demais. Para o propósito de introdução geral ao tema da ética, de modo a aperfeiçoar a conduta do servidor público, podemos nos restringir a dois elementos de justificação que, de certo modo, estavam presentes desde os primeiros textos da filosofia moral.

No *Críton* – diálogo de Platão que citamos acima – Sócrates reage à proposta de seu amigo com base em dois princípios de racionalidade.

Ao primeiro, podemos chamar de princípio da coerência, segundo o qual é irracional agir contrariamente ao que se afirmou anteriormente ser a conduta certa. Assim, Sócrates rejeita a

Enap

proposta de fuga de *Críton* porque anteriormente havia defendido que os cidadãos de Atenas deveriam respeitar as leis e instituições atenienses, coisa que ele próprio sempre fizera ao longo da vida. Assim, fugir da prisão depois de ter sido condenado, mesmo que injustamente a seu ver, não seria coerente e, portanto, não seria uma conduta justificável.

O segundo princípio é o da universalização, que vimos na ética de Kant. Por esse princípio, se não posso concordar que todos façam o mesmo que eu, então minha conduta não é universalizável e, portanto, não se justifica racionalmente. Em outras palavras, se tomo meu ato como uma exceção, que eu não concordaria que fosse repetido por outras pessoas, então tenho aqui um claro sinal de que se trata de um ato injustificável.

No caso de Sócrates, o argumento que ele apresentou a *Críton* era de que as leis e as instituições ficariam totalmente desmoralizadas caso todos as desrespeitassem, como seu amigo estava propondo que ele fizesse. Embora a simples fuga individual de Sócrates não fosse ter todo esse impacto, se todos seguissem seu exemplo, o enfraquecimento institucional e normativo da sociedade seria uma consequência bastante certa.

De certo modo, a irracionalidade da conduta que fere o princípio de universalização tem a ver também com as consequências da ação para o indivíduo e o grupo. A ideia de que haveria um efeito ruim para o próprio indivíduo que a realizou, caso todos agissem como ele agiu, se aproxima bastante da ética utilitarista, que também fala do tipo de consequência como parâmetro para avaliar uma conduta.

É certo que o problema da racionalidade de uma ação é um tema complexo e não se esgota com essa abordagem introdutória. No entanto, esses dois princípios, coerência e universalização, parecem incluir dois importantes elementos para se avaliar se uma conduta é justificável e podem ser bastante úteis para se julgar se uma determinada ação de um servidor público é eticamente aceitável.

1.4. O que as pessoas, de fato, fazem e o que elas deveriam fazer

O conceito de ética proposto aqui – conduta racionalmente justificável – foi apresentado a partir de uma distinção entre o que as pessoas fazem e o que elas devem fazer. Essa distinção pode ser expressa também da seguinte maneira: a ética diz respeito ao que é "de direito" e não ao que é "de fato". Pelo fato de ser relativa à como deve ser a conduta humana, uma ação para ser ética, nesse sentido, precisa ser justificável racionalmente.

Uma dificuldade com essa concepção de ética é que, muitas vezes, as pessoas são levadas a agir de um modo determinado pelos seus desejos e condicionamentos sociais. Fazer qualquer juízo ético sobre seu comportamento parece esquecer que as "pessoas são de carne e osso".

É claro que não podemos esquecer que ninguém é perfeito, mas o que teríamos se abríssemos mão do julgamento ético?

Em primeiro lugar, se a compreensão de nossos atos se esgota nas causas e condicionamentos externos à vontade, então nós nos tornamos seres cujo comportamento pode ser inteiramente dirigido por quem quer que detenha o conhecimento e o controle desses mecanismos.

Se não temos, em princípio, uma vontade que se baseie numa decisão racional e livre, mas, ao contrário, que é sempre condicionada por conveniências pessoais e motivos psicossociais, então não há como se justificar o tratamento diferenciado que se dá entre uma máquina, que

se usa como instrumento, e um indivíduo humano, que julgamos digno de ser tratado como fim em si mesmo, não como um joguete. Em outras palavras, a possibilidade de sermos responsabilizados pelo que fazemos é um elemento fundamental que nos caracteriza como seres humanos.

Em segundo lugar, a redução do âmbito ético à esfera das causas e desejos tornaria difícil a compreensão de atos como a indignação moral, a resistência à influência predominante no meio e o comportamento conscientemente desviante do normalmente esperado. Nem todo alemão no período nazista aceitou passivamente a ideologia racista, muitos se opuseram e resistiram, pondo em risco a própria vida. Mesmo que eu me sinta injustiçado ou perceba que os espertos têm tido sucesso material, posso me recusar a entrar para a criminalidade ou a agir desonestamente. Muitos de nós somos capazes de renunciar a uma conveniência pessoal em função do que consideramos correto.

Se é verdade que abrir mão do julgamento moral acarreta sérias conseqüências do ponto de vista da liberdade e da dignidade humanas, e se é verdade que as explicações oferecidas pelas ciências sociais e humanas não implicam o desaparecimento do âmbito especificamente ético, ainda nos resta um segundo problema a ser brevemente analisado neste tópico: o problema do conflito de valores numa análise especificamente ética de uma determinada conduta.

O que fazer quando mais de uma obrigação ética parece estar envolvida numa ação? Um belo exemplo desse problema está num famoso texto do filósofo francês Jean-Paul Sartre, intitulado O Existencialismo é um Humanismo. Sartre apresenta o caso de um jovem que se vê na difícil situação de optar por defender a pátria na guerra ou cuidar de sua mãe doente que o tem como única alternativa de ajuda. Ambas opções parecem eticamente justificáveis, ambas passam pelo critério de universalização e coerência enunciados acima.

Por outro lado, nenhuma das escolhas possíveis está fundada em qualquer motivação externa à vontade movida racionalmente. O caso em questão é o de alguém tentando se guiar pelo que racionalmente parece o caminho mais correto. Assim, o que temos aqui é uma situação na qual o julgamento ético fica indeterminado, pois qualquer uma das decisões é passível de justificação racional. Nos casos onde critérios puramente éticos não permitem um julgamento conclusivo da correção de uma ação, podemos recorrer a padrões próximos ao da ética, como os da política ou do direito.

Assim, podemos hierarquizar os valores envolvidos no conflito conforme a justiça e a legalidade do ato. Em outras palavras, podemos considerar os benefícios e malefícios que nosso ato implica para a coletividade na qual estamos inseridos e o grau de consistência de nossa ação com o código positivo de regras estabelecido por essa coletividade a fim de julgarmos qual a melhor maneira de agir.

Em todo caso, o que Sartre queria com esse exemplo era defender a idéia de que, nas situações concretas de nossas vidas, no mais das vezes, não temos em que nos apoiar e que o rumo que damos para nossas existências depende, no fundo, de nossas decisões e não de qualquer essência universal que sirva de guia infalível para nossos atos.

Para Sartre, ao mesmo tempo em que não dispomos de parâmetros de julgamentos gerais que sempre decidam conclusivamente sobre a correção ética de uma ação, devemos encarar nossa conduta concreta como se fosse um exemplo para toda a humanidade, como se estivéssemos construindo a própria essência do ser humano a cada decisão que tomamos.

Trata-se de uma versão existencialista do princípio de universalização.

Enap

SAIBA MAIS

O texto **O Existencialismo é um Humanismo** foi apresentado por Sartre como uma conferência, no sentido de divulgar melhor suas idéias. Pela sua linguagem clara e acessível, é a melhor introdução ao pensamento desse autor.

Aprofundemos um pouco mais o tópico da relação entre ética, política e direito.

1.5. Ética, política e direito

A questão do conflito de valores vista ao final do último tópico serve para nos mostrar que o julgamento ético nem sempre permite uma conclusão clara, embora possa ser de grande ajuda em muitas situações em que queremos avaliar se o que estamos fazendo é certo ou errado.

A sugestão apresentada foi de que, nesses casos, devemos combinar a avaliação ética com valores e normas presentes na política e no direito.

Há muitas definições de política, mas é possível entendê-la, para os propósitos de relacioná-la com o âmbito da ética (que se refere à ação de um indivíduo), como a ação de uma coletividade em vista de um fim que não pode ser alcançado por um único indivíduo. Estradas, escolas, hospitais são exemplos de obras coletivas, que servem a necessidades humanas importantes e que não poderiam ser realizadas por pessoas isoladas.

Para que os indivíduos possam agir conjuntamente, é preciso haver acordo entre eles. Esse acordo se faz por meio do direito, que pode ser entendido como o conjunto de normas e leis positivas vigentes num país e que têm força coercitiva.

Tanto a ética, a política e o direito dizem respeito a valores, dizem respeito ao que é considerado um bem. O bem da política é que se chama de justiça, entendida como o bem comum a ser atingido pela ação coletiva.

A justiça se manifesta também no modo como é distribuído esse bem comum, conforme princípios como o mérito (é justo que cada um tenha o que fez por merecer), a equanimidade (é justo que os bens sejam distribuídos de modo que todos tenham as mesmas oportunidades) e a isonomia (é justo que todos sejam tratados do mesmo modo pelas instituições públicas e as leis).

Diferentemente da ética, a ação política sempre leva em conta o que de fato é possível fazer, dado que se trata de uma conduta que resulta do acordo e da pressão de grupos e indivíduos com pontos de vista diferentes.

O direito tem a ver com a norma garantida, em último caso, pelo recurso à força pelo Estado.

Se eu não cumpro uma lei, sou passível de punição por instituições públicas. No caso da ética, é a própria consciência do indivíduo que fala, ou seja, que o censura ou elogia.

Como vimos acima, uma ação tem valor ético quando é feita de forma autônoma, por iniciativa própria. Quando dizemos que alguém é responsável pelo que faz, estamos pressupondo que ele tem autonomia para agir.

suas ações, o servidor público é passível de julgamento ético, como qualquer pessoa, mas também pode ser avaliado conforme a justiça da conduta que tomou (ou seja, o quanto esta atende ao interesse público) e, principalmente, no quanto sua ação está de acordo com a legislação vigente.

1.6. Educação ética

A importância da educação ética do servidor público está no fato de que sua iniciativa no sentido de aperfeiçoar o serviço público é fundamental para o aperfeiçoamento do Estado brasileiro, para que haja mais justiça na distribuição dos bens. É claro que ela não resolve tudo, que sempre é necessário aperfeiçoar as instituições e aplicar bem as leis vigentes, mas não se pode negar que o aprimoramento do discernimento ético do servidor público tem grande papel na melhoria do serviço público em nosso país.

É com esse propósito que se justifica o curso que estamos fazendo. Trata-se aqui de apresentar idéias e argumentos que ajudem cada servidor a discernir melhor seu próprio modo de agir em seu trabalho no dia-a-dia e aperfeiçoar sua conduta.

Se pudermos contribuir para esse propósito, já teremos feito algo bastante importante.

Continuemos nosso curso com o módulo 2, referente à aplicação desses conceitos éticos à administração pública mais concretamente.

Referência bibliográfica

1) Sobre a natureza da ética de um modo geral, ver de R.M. Hare, *Ética – Problemas e Propostas* (São Paulo: Edunesp, 2004). Ver também a coletânea de artigos *A Companion to Ethics*, organizada por Peter Singer (Oxford: Blackwell, 1991); o *Dicionário de ética e Filosofia Moral*, organizado por Monique Canto - Sperber (São Leopoldo, RS Unisinos, 2003; 2 vols.) e da mesma autora e de R. Ogien, ver *Que devo fazer?* (São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2004).

2) Sobre a ética das virtudes, ver a coletânea *Virtue Ethics* (nova York Oxford Univ Press, 1997), organizada por R. Crisp e M. Slote. Para uma crítica da filosofia moderna, por supostamente ter colocado em segundo plano a ética das virtudes, ver de *A Macintyre*. *Depois da Virtude* (Bauru, SP: Edusc, 2001).

3) Sobre deliberação e escolha, ver de P. Aubenque, *A Prudência em Aristóteles* (São Paulo: Edusp,) especialmente o capítulo III.

4) Sobre a origem e desenvolvimento da idéia de autonomia moral, ver de J.B. Schnnewind, *A Invenção da Autonomia* (São Leopoldo, RS: ED. Unisinos, 2001).

5) Sobre a ética de Aristóteles, ver *Ética a Nicômacos* (Brasília, Ed. UnB).

6) Sobre a ética de Kant, ver Immanuel Kant *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (São Paulo, Nova Cultural, Col. Os Pensadores).

7) Sobre o utilitarismo, ver *John Stuart Mill Utilitarismo* (São Paulo, Ed. Escala).

8) Sobre conflitos de valores, ver Jean-Paul Sartre *O Existencialismo é um Humanismo* (São Paulo, Nova Cultural. Col. Os Pensadores).